



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2016.0000643155

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 0030463-09.2013.8.26.0053, da Comarca de São Paulo, em que é apelante/apelado FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, é apelado/apelante VALERIA LIRA BARBOZA,

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso de apelação interposto pela ré e deram parcial provimento ao recurso adesivo da autora tão-somente para majorar a indenização por danos morais para R\$ 20.000,00, com correção monetária a partir da data do presente julgado e com juros de mora desde a data do acidente. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente sem voto), MORAIS PUCCI E FLAVIO ABRAMOVICI.

São Paulo, 29 de agosto de 2016.

Gilberto Leme
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação n.º 0030463-09.2013.8.26.0053

Comarca: São Paulo / Foro da Fazenda Pública
Aptes/Apdos: Fazenda do Estado de São Paulo;
 Valeria Lira Barboza

Juíza sentenciante: Simone Viegas de Moraes Leme

ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VIATURA POLICIAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MAJORADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A *QUO* A PARTIR DO ARBITRAMENTO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA DESDE A DATA DO ACIDENTE. SÚMULA 54 DO STJ. FIXAÇÃO DE PENSÃO MENSAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO INICIAL. Em caso de acidente de trânsito envolvendo viatura policial, incumbe ao Estado comprovar a ocorrência de força maior ou a culpa exclusiva da vítima. Sem a demonstração de causa excludente da responsabilidade objetiva do Estado, de rigor o reconhecimento de sua obrigação de indenizar. Perícia que demonstra que a autora sofreu lesões em decorrência do acidente e se submeteu a tratamentos cirúrgico e fisioterápico, pelo que a indenização por danos morais merece majoração. Correção monetária que, por se tratar de mera atualização da moeda, deve incidir a partir do arbitramento da indenização e juros de mora que deve ter por termo a *quo* a data do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ. Pedido deduzido na inicial que se restringe à indenização por danos morais, nada mencionando sobre danos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

patrimoniais, pelo que não se há de falar em condenação nesse sentido, conforme preceitua o art. 460 do CPC/1973, aplicável ao caso. Apelação desprovida e recurso adesivo parcialmente provido.

VOTO N.º 17.309

Trata-se de recurso de apelação interposto à r. sentença de fls. 130/135 que julgou procedente a pretensão inicial para condenar a ré a pagar à autora a indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00, com correção monetária e juros de mora. Em razão da sucumbência, a ré foi condenada a arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, que foram fixados em 10% do valor da condenação.

Apela a ré, alegando que o art. 37, parágrafo 6.º, da CF, não se aplica ao caso de acidente de trânsito, tendo em vista que tal evento independe de uma atuação estatal, sendo que era imprescindível a comprovação da culpa do motorista, o que não pode ser presumida. Aduz que o fato de inexistir nos autos demonstração de que o condutor da viatura tenha sido condenado na esfera criminal corrobora ainda mais a conclusão de que não agiu com culpa. Subsidiariamente, requer a redução do quantum indenizatório.

Adesivamente, recorre a autora, alegando que a indenização por danos morais deve ser



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

majorada. Aduz que a perícia constatou sua incapacidade laborativa, pelo que deve ser indenizada também no âmbito patrimonial consistente em fixação de pensão mensal e vitalícia, a ser apurada em liquidação de sentença. Por fim, argumenta que a r. sentença recorrida não fixou o termo a quo de incidência dos juros de mora e da correção monetária, que deveriam fluir a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ).

Recursos tempestivos, dispensados de preparo por se tratar a ré de Fazenda Pública e a autora beneficiária da gratuidade (fl. 36) e respondidos com arguição pela autora de não-conhecimento do recurso de apelação, nos termos do art. 557 do CPC/1973, bem como de condenação da ré-apelante nas penalidades por litigância de má-fé.

O presente recurso foi inicialmente distribuído à 7.ª Câmara da Seção de Direito Público, sob a Relatoria do Des. Coimbra Schmitdt, que declinou da competência para a redistribuição a uma das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado III por entender que a ação cuidava de acidente de trânsito, pelo que foi o recurso distribuído livremente a esta 35.ª Câmara de Direito Privado.

É o relatório.

Preliminarmente, de se consignar que não vislumbro a incidência do art. 557 do CPC/1973 à hipótese dos autos, pelo que a matéria recursal será apreciada em julgamento colegiado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Narra a petição inicial que a autora atravessava na faixa de pedestres, quando veio a ser atropelada pela viatura policial, que transitava pela faixa exclusiva de ônibus, em velocidade acima da permitida e sem a sirene ligada.

Não se ignora a obrigação de os particulares abrirem passagem às viaturas policiais, quando estiverem com sirene e giroflex ligados, demonstrando a iminente situação de urgência e perigo.

Porém, tal fato, por si só, não repassa automaticamente a responsabilidade ao particular por eventuais acidentes ocorridos com viaturas somente porque estão em diligência, devendo o Estado arcar com a responsabilidade pelos riscos causados por sua atuação em manter a segurança pública.

No caso dos autos, a ré nem sequer comprova que a viatura encontrava-se em diligência e com a sirene ligada, tampouco impugna a afirmação da autora de que atravessava na faixa de pedestres. Note-se que, em contestação, a ré apenas traz a arguição genérica de que não é caso de incidência da responsabilidade objetiva do Estado, sendo que incumbia à autora comprovar a culpa do condutor da viatura.

No entanto, é objetiva a natureza da responsabilidade civil do Estado pela reparação dos danos relacionados às atividades administrativas, tais como manter a segurança pública, nos termos do que preceitua o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

artigo 37, § 6.º, da Constituição Federal, que prescreve: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

Mas, no caso em tela, a ré nem sequer alegou, tampouco comprovou qualquer excludente de sua responsabilidade, ou seja, não se desincumbiu de demonstrar a ocorrência de força maior ou de culpa, ainda que concorrente, da vítima.

Instadas as partes a especificarem provas, a ré foi expressa no sentido de que nada tinha a produzir (fl. 55), sendo que, encerrada a fase instrutória sem a produção de qualquer prova acerca da dinâmica do acidente, nem sequer se insurgiu a ré, o que pressupõe que não tinha interesse mesmo em produzir qualquer prova (fl. 116).

Dessa forma, de rigor o reconhecimento da responsabilidade da Fazenda do Estado de São Paulo, tendo em vista que não houve controvérsia nos autos de que o acidente ocorreu envolvendo veículo de sua propriedade, uma vez que, sem a demonstração de qualquer excludente de responsabilidade do Estado, o nexo causal entre a atividade administrativa e o dano dela resultante fica evidenciado.

Em relação aos danos morais, de se consignar que o dano moral, nesses casos, prescindem de prova, porquanto não se discute o abalo psíquico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

experimentado nos casos em que a vítima de acidente de trânsito sofre lesão, tendo sido obrigada a se submeter a tratamentos prolongados.

Note-se que, no caso em tela, em decorrência do acidente, a autora sofreu fratura na bacia, nariz e coluna, além de múltiplas escoriações, tendo sido submetida a tratamento cirúrgico e fisioterápico. A perícia médica realizada nos autos concluiu que a autora ainda sente dores no segmento lombar ao deambular, pelo que precisa fazer repouso com frequência (fls. 100/104), o que, por certo, lhe ensejou danos morais.

Quanto ao valor do ressarcimento não fixa a lei parâmetros para o julgador. "Na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível sócio econômico dos autores, e, ainda, ao porte da empresa recorrida, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso". (STJ – 4.^a Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, REsp n.º 214.381-MG, DJU de 29.11.1999)

Dessa forma, o valor da indenização fixado pela r. sentença recorrida em R\$ 10.000,00 deve ser majorado, mostrando-se razoável e proporcional ao dano experimentado pela autora a fixação em R\$ 20.000,00.

No mais, de se consignar que, cuidando-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

se de mera atualização da moeda, a correção monetária deve incidir a partir do arbitramento da indenização e os juros de mora desde a data do evento danoso, conforme preceitua a Súmula 54 do STJ.

Melhor sorte não assiste à autora, porém, em relação ao pedido de fixação de pensão.

Nos termos do art. 460 do CPC/1973, vigente quando da prolação da r. sentença recorrida: "É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado."

In casu, verifica-se que, de forma escorreita, a Magistrada a quo bem observou que o pedido inicial restringiu-se somente à condenação da ré a indenizar os danos morais alegados, nada mencionando acerca de danos patrimoniais, pelo que a sentença não poderia julgar nada nesse sentido.

Por fim, de se consignar que não se vislumbra na conduta da ré-apelante quaisquer das hipóteses do art. 17 do CPC/1973, pelo que não se há de falar em incidência das penalidades por litigância de má-fé.

Pelo meu voto, pois, nego provimento ao recurso de apelação interposto pela ré e dou parcial provimento ao recurso adesivo da autora tão-somente para majorar a indenização por danos morais para R\$ 20.000,00, com correção monetária a partir da data do presente julgado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

e com juros de mora desde a data do acidente.

GILBERTO LEME
Relator